

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N.º 012/2022,
DE 12 DE MAIO DE 2022.**

MENSAGEM

ASSUNTO: Institui a Política Municipal de Energia Solar do Município de Ibirubá e dá outras providências.

PROPONENTE: PODER LEGISLATIVO

TRAMITAÇÃO: REGIME NORMAL

FUNDAMENTAÇÃO: Competência: Lei Orgânica do Município/90, artigo 48.

Senhor Presidente, Senhores(as) Vereadores(as):

Encaminho ao Colendo Plenário da Câmara Municipal, o Projeto de Lei do Legislativo nº 012/2022, o qual Institui a Política Municipal de Energia Solar do Município de Ibirubá e dá outras providências.

Uma das principais características de nossa sociedade, ao menos sob um ponto de vista prático e material, é o aumento cada vez maior da demanda por abastecimento energético. Há tempo se achava que os combustíveis fósseis não se esgotariam, mas essa realidade já vem mudando.

Assinale-se que o projeto se constitui em um importante marco para cidade de Ibirubá no que diz respeito à sustentabilidade e a um novo paradigma na substituição de nossa matriz energética e aos objetivos de uma cidade com baixa emissão de carbono.

A norma se insere no esforço comum do poder público e da sociedade no sentido da necessidade de se buscar fontes de energia mais baratas e de menor impacto ambiental como alternativa ao sistema hidrelétrico, que hoje produz grande parte da energia elétrica consumida no Brasil, gerando efeitos nocivos ao equilíbrio ecológico.

Afirma que a utilização da luz solar, abundante no País, e em no nosso Município, como fonte energética “limpa e constante”, contribuirá para assegurar a sustentabilidade da geração de energia em longo prazo e diminuir as emissões de poluentes e o desmatamento.

A energia solar é uma das alternativas energéticas mais promissoras do novo milênio, ela é inesgotável na escala terrestre de tempo, tanto como fonte de luz e de calor. O Sol é fonte de energia renovável, e o seu aproveitamento tanto como fonte de calor quanto de luz, é uma das alternativas energéticas mais promissoras para o futuro. A energia solar é importante na preservação do meio ambiente, pois tem muitas vantagens sobre outras fontes de energia, como ser pouco poluente.

O pequeno impacto que a energia solar tem no ambiente é geralmente a partir de produtos químicos e os solventes que são utilizados durante a fabricação das células fotovoltaicas, que são necessárias para converter a energia solar em energia elétrica. Este é um problema pequeno em comparação com o enorme impacto que um vazamento de petróleo pode ter sobre o meio ambiente.

É impossível imaginar uma sociedade sem energia, seja ela qual for. A oferta de energia é a condição para a existência de nossa indústria, nossos meios de transportes e até mesmo a agricultura e a vida urbana. Enfim, é a condição para a existência de nossa sociedade como a conhecemos.

Sendo o que temos para o momento, submetemos ao Egrégio Plenário a apreciação do presente Projeto de Lei, para o qual esperamos aprovação.

Cordialmente,

**Ver. Vagner Oliveira,
Bancada do Republicanos.**

**Ver. Marçal de Souza Jacobi,
Bancada do União Brasil.**

**PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N. ° 012/2022,
DE 12 DE MAIO DE 2022.**

Os vereadores **Vagner Oliveira**, da bancada do Republicanos, e **Marçal de Souza Jacobi**, da bancada do União Brasil, no uso de suas atribuições legais, propõem o seguinte Projeto de Lei Municipal:

**Institui a Política Municipal de
Energia Solar do Município de
Ibirubá e dá outras providências**

Art. 1º A Política Municipal de Energia Solar do Município de Ibirubá atenderá aos seguintes princípios:

I- utilização da energia solar nas edificações do Município de Ibirubá quando houver viabilidade técnica e econômica, contribuindo para a segurança e diferenciação energética, a economia na demanda, consumo e nos gastos com energia a redução das emissões de poluentes e de gases de efeito estufa e consequente melhoria na qualidade de vida;

II- estímulo ao estabelecimento de empresas e à geração de empregos locais e de qualidade na cadeia produtiva de energia solar, com isonomia para os sistemas fotovoltaicos, térmicos e outros que venham a ser desenvolvidos;

III- fomento à capacitação e formação de recursos humanos para atuar em todas as etapas da cadeia produtiva de energia solar fotovoltaica e térmica;

IV- direito de acesso à informação e à participação pública no processo de tomada de decisão nos temas relacionados ao uso de energia solar.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei ficam estabelecidos os seguintes conceitos:

I- energia solar: é a energia proveniente da luz do sol, a qual pode ser aproveitada por meio de sistemas solares térmicos e fotovoltaicos;

II- sistema solar fotovoltaico: conjunto formado por módulo(s) fotovoltaico(s), inversor(es) e outros componentes que convertem a energia solar em eletricidade;

III- sistema solar térmico: conjunto formado por coletor(es) solar(es), reservatório e outros componentes que aproveitam a energia do sol para gerar energia térmica concentrada para aquecimento de fluidos;

IV- potência: capacidade de fornecer ou consumir energia em um determinado intervalo de tempo, podendo ser expressa em W (Watt), ou quilowatt (kW) ou seus múltiplos;

V- demanda energética: quantidade de energia consumida em um determinado período de tempo, podendo ser expressa em W (Watt), kW (quilowatt), ou outras unidades;

VI- microgeração distribuída: central geradora de energia elétrica, com potência instalada menor ou igual a 75 kW e que utilize cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, ou fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras;

VII- minigeração distribuída: central geradora de energia elétrica, com potência instalada superior a 75 kW e menor ou igual a 5MW e que utilize cogeração qualificada, conforme regulamentação da ANEEL, ou fontes renováveis de energia elétrica, conectada na rede de distribuição por meio de instalações de unidades consumidoras;

VIII- sistema de compensação de energia elétrica: sistema no qual a energia ativa injetada por unidade consumidora com microgeração ou minigeração distribuída é cedida, por meio de empréstimo gratuito, à distribuidora local e posteriormente compensada com o consumo de energia elétrica ativa;

IX- fração Solar: quociente entre a quantidade de energia fornecida pelo sistema solar térmico e o total de energia necessária no empreendimento para aquecimento de água, ao longo do ano, sendo geralmente apresentada em percentagem (%) como índice de aproveitamento de energia solar.

Art. 3º A Política Municipal de Energia Solar tem por objetivos:

I- objetivo geral: ampliar o uso da energia solar no Município de Ibirubá.

II- objetivos específicos:

- a)** ampliar o uso da microgeração e minigeração distribuída de fonte solar fotovoltaica;
- b)** ampliar o uso de energia solar térmica;
- c)** aumentar a segurança e diversificação da matriz energética do município;
- d)** aumentar a competitividade do Município na atração de empresas e no desenvolvimento de empreendimentos que utilizem energia solar;
- e)** estimular a instalação e o desenvolvimento de indústrias de produtos e de materiais utilizados em sistemas de energia solar, bem como dos setores comerciais e de serviços envolvidos;
- f)** estimular a geração de empregos e a formação profissional na cadeia produtiva e de serviços relativos aos sistemas de energia solar;
- g)** reduzir o consumo de energia produzida por fontes não renováveis no município;
- h)** aumentar o uso da energia solar em localidades distantes de redes de distribuição de energia;
- i)** contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, especialmente das famílias de baixa renda;
- j)** contribuir para a redução dos custos com energia no município;
- k)** contribuir para o alcance dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).

Art. 4º A presente Lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ibirubá/RS, 12 de maio de 2022.

**Ver. Vagner Oliveira,
Bancada do Republicanos.**

**Ver. Marçal de Souza Jacobi,
Bancada do União Brasil.**